

SIMULADO MTE 2008

do Curso Sólon

com Gabarito Comentado



AGENTE ADMINISTRATIVO - Aproveitável para outros cargos

- Os 329.454 inscritos no concurso MTE que concorrem às 1.628 vagas oferecidas pelo órgão enfrentarão a prova no próximo dia 21 de dezembro, de manhã (para os candidatos a cargo de nível superior) e à tarde (para os de nível médio). Já é possível conhecer os locais de prova. Entre em nosso site www.cursosolon.com.br
- A prova oficial (e este simulado) terão a estrutura representada na figura abaixo. Cada questão/item tem o valor de 1,00 (se acertada pelo candidato) ou -1,00 (se errada).

Prova P1: Português e Noções de Informática

Prova P2: Dir. Constitucional, Dir. Administrativo e Rel. Públicas



Prova P3: Conhecimentos Específicos

- Será reprovado o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir:
 - obtiver nota inferior a 6,00 pontos na prova objetiva de Conhecimentos Básicos (P1);
 - obtiver nota inferior a 7,00 pontos na prova objetiva de Conhecimentos Complementares (P2);
 - obtiver nota inferior a 18,00 pontos na prova objetiva de Conhecimentos Específicos (P3);
 - obtiver nota inferior a 36,00 pontos no conjunto das provas objetivas.
- Entre segunda e terça-feiras após a aplicação da prova, o gabarito oficial preliminar será divulgado pelo organizador Cespe/UnB. A partir daí, o candidato terá dois dias para interpor eventuais recursos ao exame.
- RECURSOS:** Os professores do *Curso Sólon* estarão analisando as provas e os gabaritos para divulgarem, no *site* do *Curso Sólon*, suas argumentações que poderão auxiliar os candidatos na elaboração de eventuais recursos. Fique de olho no portal do *Curso Sólon* na internet → www.cursosolon.com.br

Boa prova!

**PROVA P1 – Conhecimentos Básicos:
Língua Portuguesa e Noções de Informática**
LÍNGUA PORTUGUESA – Professora Eliane Haj
Observe o texto a seguir:

- A educação básica obrigatória e gratuita constitui direito universal, econômico e social reiterado pela Constituição brasileira. Ela é também a base para a realização de outros direitos: saúde, liberdade, segurança, bem-estar econômico, participação social e política. Se a educação é a base necessária à realização de outros direitos, o livro é condição imprescindível para que se efetive a educação. Contudo, se não existe educação sem livro, tampouco há livro sem educação. Em outras palavras sem formar leitores em escala planetária por meio da educação de qualidade para todos, a distância entre os que têm e os que não têm acesso a informações tende a aumentar.

Jorge Wertheim. Correio Braziliense, 10/4/2006, p. 13 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

01. O autor se inclui de forma explícita no texto, tornando-o subjetivo e pessoal.
02. As vírgulas das linhas 4 e 5 justificam-se por isolar elementos de mesma função gramatical em uma enumeração.
03. No trecho “a educação é a base necessária à realização de outros direitos” (linhas 6-7), o emprego do sinal indicativo de crase justifica-se pela regência da palavra “base”.
04. O termo “Contudo” (linha 8) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e a informação do período, ser substituído por qualquer um dos seguintes: Todavia, No entanto, Entretanto.
05. Na linha 12, estaria gramaticalmente correta e manteria os sentidos do texto a substituição de “a informações” por às informações.

Observe o texto:

- 1 A leitura, ao possibilitar o domínio da palavra, é poderoso instrumento de desenvolvimento individual e de emancipação. Consiste, também, em um importante meio de socialização, porque permite que a pessoa elabore mensagens e se comunique por meio de um código comum da sociedade.
- 4
- 7 Não é exagerado afirmar que a leitura é imprescindível no processo de produção do conhecimento e de formação de cidadãos capazes de compreender o mundo contemporâneo e nele atuar. Finalmente, a leitura — associada à escrita — é ferramenta indispensável para efetiva participação social e econômica, contribuindo para
- 10
- 13 o desenvolvimento humano e a redução da pobreza.

Idem, ibidem (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos ao texto acima.

06. Pelos sentidos do texto, a leitura e a escrita são imprescindíveis como ferramentas de participação e atuação no mundo contemporâneo.

07. A palavra “emancipação” (linha 3) está sendo empregada com o sentido de dependência.
08. Em “se comunique” (linha 5), o termo “se” indica que o sujeito da forma verbal é indeterminado.
09. A inserção de vírgula logo após “afirmar” (linha 7) mantém a correção gramatical do período.
10. No segundo parágrafo, a substituição dos travessões por vírgulas mantém a correção gramatical do período.

Observe o texto a seguir:

- No mundo atual, a Galáxia de Gutenberg não brilha sozinha, convivendo com uma multiplicidade de linguagens poderosas, tais como a linguagem eletrônica e a linguagem visual. Como disputa espaço e atenção com outras linguagens, o livro corre o risco de se tornar um meio de comunicação entre outros. Contudo, ele continua a ocupar lugar central na sociedade, pois é por meio dele que se desenvolve a leitura e, sem a leitura, as portas para outras linguagens e para a informação não se abrem.

- O acesso à informação depende da capacidade de decodificar e interpretar. Sem essas habilidades, o indivíduo não se insere plenamente no mundo do trabalho nem na sociedade. Portanto, a formação de leitores se coloca como prioridade e um desafio para a educação e, mais do que isso, como uma questão fundamental e estratégica para qualquer nação que almeja superar a condição de país em desenvolvimento.

Idem, ibidem (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os próximos itens.

11. Pelos sentidos do texto, a expressão “Galáxia de Gutenberg” (linha 1) diz respeito ao universo do livro.
12. As formas pronominais “ele” (linha 7) e “dele” (linha 8) têm o mesmo referente: “o livro” (linha 5).
13. As expressões “capacidade” e “habilidades” estão sendo empregadas em sentidos opostos.
14. O texto está inadequado para constituir parte de documento oficial em vista da falta de clareza e de objetividade.
15. A substituição da forma verbal “almeja” (linha 19) por almeje, mantém a correção gramatical do período.


NOÇÕES DE INFORMÁTICA – Prof. Valdir

Analisar a figura a seguir e acerca da utilização do Internet Explorer e de assuntos relacionados à navegação e utilização de serviços Internet, julgue os três itens seguintes e marque C para Certo ou E para Errado.



16. A página que está sendo exibida está hospedada em um servidor seguro, pois todas as páginas de bancos oferecem conexões seguras, estas conexões usam recursos como, criptografia e certificação digital para garantir uma comunicação livre de ameaças.
17. O domínio da página que está sendo exibida é bb.com.br, http é o nome do protocolo utilizado no serviço de páginas, www é o nome do servidor onde a página está hospedada.



18. Nesta página ao clicar na seta , o usuário estará solicitando ao navegador o deslocamento do conteúdo da página para a direita.

Sobre conceitos de protocolos e endereços de Internet, julgue os dois itens a seguir e marque certo ou errado.

19. Na Internet os computadores são identificados por números IP's, os usuários identificam os locais a serem acessados por URL's, o DNS faz a tradução dos URL's utilizados pelos usuários para os números IP's usados na rede.
20. Endereço IP é um número único para cada computador conectado à Internet, composto por uma seqüência de 4 números separados por "ponto". Este é um exemplo de endereço IP válido: 200.257.8.1

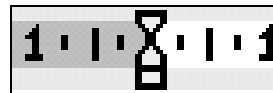
Sobre aplicativos para edição de textos, julgue os itens a seguir marcando certo ou errado.

21. O Word permite formatar o documento em colunas, esta formatação pode ser aplicada clicando no menu **Formatar** e depois na opção **Colunas**, na caixa **Colunas**, que será exibida pode-se escolher o número de colunas desejado. Outro caminho para a mesma ação é clicar no botão



22. Quando o usuário clica no menu **Inserir** e depois na opção **Cabeçalho e Rodapé** o Word irá exibir as áreas delimitadas para que se possa inserir os dados do cabeçalho e do rodapé, também será apresentada a barra de ferramentas de cabeçalho e rodapé.

23. As ferramentas que aparecem na régua abaixo, permitem o alinhamento do parágrafo ou dos parágrafos selecionados, os alinhamentos podem ser, a direita, a esquerda, centralizado ou justificado.



24. Para colocar numeração nas páginas de um documento criado no Writer, deve-se, clicar no menu **Inserir**, em seguida posicionar o apontador do mouse na opção **Número da página** aplicar sobre ela um clique com o botão esquerdo.

Sobre aplicativos para edição de planilhas, julgue os itens a seguir marcando certo ou errado.


25. Na figura abaixo, considerando que 5 e 10 sejam valores digitados nas células A1 e A2, respectivamente. Se o usuário clicar na alça de preenchimento e arrastar para a célula A3, o Excel irá preencher A3 com o valor 20.

| | | |
|---|----|--|
| | A | |
| 1 | 5 | |
| 2 | 10 | |
| 3 | | |
| 4 | | |

26. Tanto no Calc como no Excel as referências podem ser relativas, mistas e absolutas. Referências relativas são as que, quando recortadas de uma célula e coladas em outra, sofrerão incremento de acordo com o deslocamento.

27. Considere que na célula B3 esteja digitado o valor 35, considere também que o dado já tenha sido fixado na célula e que a seleção esteja sobre a mesma, (conforme a figura abaixo). Nestas condições, se for clicado com o botão esquerdo



do mouse sobre o botão  da barra de ferramentas, a célula passara a exibir **3500 %**.

| | A | B | |
|---|---|----|--|
| 1 | | | |
| 2 | | | |
| 3 | | 35 | |
| 4 | | | |

Considerando os conceitos de Intranet, julgue o item abaixo.

28. Intranet é a parte Interna da Internet e é conhecida também pelo nome de backbone ou espinha dorsal da rede mundial.

Sobre sistemas operacionais julgue os itens abaixo.

29. O Linux é um Sistema operacional de código aberto, qualquer pessoa interessada e com conhecimento suficiente pode até mesmo modificar o sistema e adaptá-lo a suas necessidades. O Linux pode ser obtido gratuitamente de várias distribuições diferentes.
30. O Microsoft Windows é um Sistema Operacional considerado um software Proprietário, o usuário pode utilizá-lo conforme os termos do contrato de aquisição, seu código é fechado, o usuário não tem acesso. Para executar qualquer modificação neste software é necessária autorização explícita do fabricante.

PROVA P2 – Conhecimentos Complementares: Dir.Constitucional, Dir.Administrativo e Relações Públicas

DIR.CONSTITUCIONAL – Professor Laert

Para as afirmações a seguir, indique C para Certo ou E para Errado:

31. Os direitos sociais, por estarem submetidos à cláusula do financeiramente possível, não dispõem de eficácia jurídica, dependendo de desenvolvimento pelo legislador ordinário para produzir efeito.
32. Os direitos sociais previstos na Constituição, por serem normas programáticas, não produzem efeitos jurídicos, senão depois de regulados pelo legislador ordinário.
33. As normas da Constituição Federal que se referem a direitos sociais não constituem direitos fundamentais.
34. Embora diga que todo poder emana do povo, a Constituição estabelece que o poder é exercido pelos representantes do povo, não admitindo hipóteses de exercício do poder diretamente pelo povo.
35. Em nenhuma hipótese o brasileiro pode ser extraditado.
36. Um determinado cidadão brasileiro pode ter o direito de votar e não ter o de ser votado.
37. O brasileiro nato sempre poderá exercer o direito de sufrágio.
38. Todo brasileiro nato é cidadão passível de exercício do poder de votar e de ser votado.
39. Qualquer brasileiro pode propor ação popular para anular ato lesivo ao meio ambiente sendo o autor da ação isento, em qualquer caso, dos ônus da sucumbência e das custas judiciais.
40. O direito do empregado à irredutibilidade salarial pode ser objeto de negociação coletiva.

DIR.ADMINISTRATIVO – Professor Ivo

Em face das regras constantes no Estatuto dos servidores públicos civis da União acerca das suas responsabilidades civil, penal e administrativa, julgue os itens seguintes.

41. Considere que tenha sido instaurado, contra servidor, processo penal pelo cometimento de crime contra a Administração Pública, e que este foi absolvido pela negativa de autoria. Em face dessa situação, a responsabilidade administrativa do servidor ficará automaticamente afastada.
42. Caso o servidor público a quem se imputou o dever de indenizar prejuízo causado ao erário venha a falecer, essa obrigação de reparar o dano poderá ser estendida aos sucessores.

Em relação à extinção dos atos administrativos pode-se dizer que:

43. ato jurídico perfeito e acabado, para o qual concorreram os elementos essenciais de validade, pode ser anulado por interesse público;
44. ato jurídico perfeito e acabado, para o qual concorreram os elementos essenciais de validade, anulado pelo judiciário, tem seus efeitos “ex tunc”

Nos termos em que atualmente a Constituição de 1988 disciplina a matéria, a **estabilidade** no serviço público:

45. é adquirida após 3 anos de efetivo exercício, pelos servidores concursados nomeados para cargos de provimento efetivo ou em comissão;
46. não poderá ser adquirida pelos estrangeiros que, na forma da lei, possam ter acesso aos cargos públicos;
47. gera para o servidor estável o direito a permanecer em disponibilidade, com remuneração integral, no caso de extinção do seu cargo, até seu aproveitamento em outro.

No que tange às licitações promovidas pelo Poder Público, julgue os itens seguintes.

48. [] O propósito de uma licitação é selecionar as melhores propostas para a Administração Pública e não somente uma delas: por isso, o resultado da licitação não vincula o administrador, que pode, justificadamente, recusar a proposta mais vantajosa e eleger outra.
49. [] Os atos do procedimento da licitação são públicos e acessíveis ao público, mantendo-se sigiloso apenas o conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
50. [] Quando há inviabilidade de competição, a licitação é inexigível.
54. [] Ricardo, servidor público, enquanto participava da preparação de um edital de licitação para contratação de fornecimento de refeições para o órgão em que trabalha, antecipou algumas das regras que iriam fazer parte do edital para Carlos, dono de uma empresa de fornecimento de marmitas, famosa pela boa qualidade e ótimos preços dos seus produtos, a fim de que esse pudesse adequar alguns procedimentos de sua empresa ao edital. A iniciativa de Ricardo deveu-se somente ao fato de ele conhecer bem os produtos da empresa de Carlos, não lhe trazendo qualquer vantagem pecuniária. Nessa situação, é correto afirmar que Ricardo agiu em prol do interesse coletivo e que a sua atitude não fere a ética no serviço público.

RELAÇÕES PÚBLICAS – Profs Ivo e Fátima

(TST, Cespe - Técnico Administrativo – 2007): O servidor público deve ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos. Em cada item a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva que deve ser julgada considerando os princípios éticos do serviço público, julgue os itens a seguir, assinando C para Certo ou E para Errado.

51. [] Cláudio é servidor público e, para aumentar a sua renda, comercializa, em seu ambiente de trabalho, mas fora do horário normal de expediente, cópias de CDs e DVDs. Nessa situação, a conduta de Cláudio não pode ser considerada imprópria ao serviço público, pois envolve uma atividade que não guarda relação direta com as atribuições de seu cargo.
52. [] Marcos é servidor público e, todos os dias, sai para bares com amigos e ingere grande quantidade de bebida alcoólica. Por conta disso, Marcos é conhecido por embriagar-se habitualmente, e, ainda que isso não interfira na sua assiduidade ao serviço, tem afetado reiteradamente a sua pontualidade, situação que Marcos busca compensar trabalhando além do horário de expediente. Nesse caso, o comportamento de Marcos não pode ser considerado incompatível com o serviço público.
53. [] Há algum tempo, Bruno, servidor público responsável pelo controle do material de expediente do setor em que trabalha, observa que Joana, servidora pública lotada nesse mesmo setor, utiliza recursos materiais da repartição em atividades particulares. Em razão de seu espírito de solidariedade e da amizade que nutre por Joana, Bruno se abstém de levar ao conhecimento do chefe do setor os atos praticados por sua colega de trabalho. Nessa situação, Bruno age de forma correta, pois compete ao chefe detectar, por si mesmo, quaisquer irregularidades no setor, caracterizando ofensa à ética o servidor público denunciar colega de trabalho.
55. [] O uso de vestimentas adequadas ao exercício da função pública é assunto que dispensa determinações pelo referido código de ética.
- Acerca das relações humanas, julgue os itens subseqüentes.
56. [] Não ouvir as pessoas quando falam, impor idéias e demonstrar agressividade são comportamentos de relações humanas legítimas.
57. [] Flexibilidade de comportamento e repertório de condutas para situações variadas são características de relações humanas.
- Julgue o item a seguir, a respeito do trabalho em equipe.
58. [] Coesão, solidariedade, compromisso mútuo, coresponsabilidade são valores que devem estar presentes em equipes ideais de trabalho.
- Qualidade é uma importante medida do desempenho das organizações. A esse respeito, julgue o item que se segue.
59. [] A qualidade em serviços tem início na entrega do serviço demandado pelo cliente.
- Nas organizações, é importante identificar as necessidades dos usuários, de maneira a melhorar a qualidade do atendimento e da prestação dos serviços. Acerca da qualidade no atendimento ao público, julgue o item a seguir.
60. [] Atitudes simpáticas da parte dos atendentes, que são, muitas vezes, estimuladas pelas organizações, agradam aos usuários e garantem a eficiência dos serviços.

**PROVA P3 – Conhecimentos Específicos:
Legislação e Gestão Administrativa**

LEGISLAÇÃO – Professora Cristina

Em relação à estrutura regimental do Ministério do Trabalho e Emprego julgue:

- 61.[] Ministério do Trabalho e Emprego é órgão da administração federal direta tem como área de competência entre outras a fiscalização do trabalho, bem como aplicação das sanções previstas em normas legais e coletivas, ressalvado o trabalho portuário.
- 62.[] É um dos órgãos da assistência direta e imediata ao ministro de Estado a Secretaria Executiva e tem como competência entre outras a supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério e de suas unidades descentralizadas.
- 63.[] É um dos órgãos da assistência direta e imediata ao ministro de Estado o Gabinete e tem como competência entre outras providenciar o atendimento às consultas formuladas pelo Senado Federal.
- 64.[] As unidades descentralizadas são as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego e estas se subordinam diretamente ao Ministro de Estado.

Em relação ao CAGED, instituído pela Lei 4923/65 julgue:

- 65.[] As empresas que dispensarem ou admitirem empregados ficam obrigadas a fazerem a respectiva comunicação às Superintendências Regionais, mensalmente, até sétimo dia útil do mês subsequente ou como estabelecido em regulamento, em relação nominal por estabelecimento.
- 66.[] A falta da comunicação da admissão ou demissão no prazo estipulado importará na aplicação automática de multa no valor de 1/3 (um terço) do salário-mínimo regional, por empregado, de competência da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.
- 67.[] A empresa que, em face de conjuntura econômica, devidamente comprovada, se encontrar em condições que recomendem, transitoriamente, a redução da jornada normal ou do número de dias do trabalho, poderá fazê-lo, mediante prévio acordo com a entidade sindical representativa dos seus empregados, homologado pela Superintendência Regional do Trabalho, por prazo certo, não excedente de 6 (seis) meses, prorrogável, nas mesmas condições, se ainda indispensável, e sempre de modo que a redução do salário mensal resultante não seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do salário contratual, respeitado o salário-mínimo regional e reduzidas proporcionalmente a remuneração e as gratificações de gerentes e diretores.

- 68.[] A empresa que, em face de conjuntura econômica, devidamente comprovada, se encontrar em condições que recomendem, transitoriamente, a redução da jornada normal ou do número de dias do trabalho, caso não haja acordo, poderá a empresa submeter o caso à Justiça do Trabalho, por intermédio da Junta de Conciliação e Julgamento ou, em sua falta, do Juiz de Direito, com jurisdição na localidade. Da decisão de primeira instância caberá recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias, para o Tribunal Regional do Trabalho da correspondente Região, sem efeito suspensivo.
- 69.[] A redução da jornada, ou dias de trabalho (tempo de trabalho) de que trata o artigo 2º da lei 4.923, de 23 de dezembro de 1965, é considerada alteração unilateral do contrato individual de trabalho para os efeitos do disposto no art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- 70.[] As empresas que tiverem autorização para redução de tempo de trabalho, nos termos do art. 2º e seus parágrafos, não poderão, até 6 (seis) meses depois da cessação desse regime admitir novos empregados, antes de readmitirem os que tenham sido dispensados pelos motivos que hajam justificado a citada redução ou comprovarem que não atenderam, no prazo de 30 (trinta) dias, ao chamado para a readmissão.

Em relação a RAIS prevista no Decreto 76900/75 julgue:

- 71.[] A relação anual de informações sociais (RAIS) tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País, e ainda, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilizarão de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.
- 72.[] O processamento da RAIS será executado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), mediante convênios com os órgãos usuários, até a fase de geração do cadastro final, cabendo a estes a responsabilidade do processamento subsequente para suas finalidades específicas.
- 73.[] A RAIS é obrigatória, para as empresas, a partir do exercício de 1977, e sempre relativa ao ano-base anterior, salvo para as empresas que não possuírem empregados no anterior sendo facultativa a entrega da RAIS negativa.
- 74.[] O Decreto nº. 76.900/75 criou uma Comissão Interministerial, encarregada de elaborar codificação para o preenchimento dos campos da RAIS em conformidade com as normas estabelecidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao abono salarial previsto no artigo 239, § 3º da Constituição Federal, e o Fundo de Amparo ao Trabalhador, julgue:

75. [] O programa do Abono Salarial é um benefício no valor de um salário mínimo anual, assegurado aos empregados que recebem até dois salários mínimos de remuneração mensal de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, que tenha recebido em média, até 02 (dois) salários mínimos mensais no ano anterior; estiver cadastrado no PIS ou PASEP há pelo menos 5 (cinco) anos e trabalhado no ano anterior, com vínculo empregatício, pelo menos 1 (um) dia.
76. [] O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico.
77. [] O programa do Abono Salarial é um benefício no valor de um salário mínimo anual, assegurado aos empregados que recebem até dois salários mínimos de remuneração mensal de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, que tenha recebido em média, até 02 (dois) salários mínimos mensais no ano anterior; estiver cadastrado no PIS ou PASEP há pelo menos 5 (cinco) anos e trabalhado no ano anterior, com vínculo empregatício, pelo menos 1 (um) dia.
78. [] O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico.
79. [] O programa do Abono Salarial é um benefício no valor de um salário mínimo anual, assegurado aos empregados que recebem até dois salários mínimos de remuneração mensal de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, que tenha recebido em média, até 02 (dois) salários mínimos mensais no ano anterior; estiver cadastrado no PIS ou PASEP há pelo menos 5 (cinco) anos e trabalhado no ano anterior, com vínculo empregatício, pelo menos 1 (um) dia.
80. [] O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico.
81. [] Se o interessado na emissão da CTPS não souber ou não puder assinar sua carteira, ela será fornecida mediante impressão digital ou assinatura de outra pessoa com o seu nome, número identidade ou CPF. Porém só terá validade com o testemunho de duas pessoas maiores e capazes que presenciem o fato, e devem assinar no documento como testemunha.
82. [] Em caso de imprestabilidade ou esgotamento do espaço destinado a registros e anotações, o interessado deverá obter outra carteira, obtendo novo número e mantendo a série da anterior.
83. [] A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, para o exercício do estágio e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.
84. [] Para obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social o interessado comparecerá pessoalmente ao órgão emissor, onde será identificado e prestará as declarações necessárias, podendo no caso de menor de idade comparecer apenas o seu genitor ou genitora.

Em relação ao Seguro-Desemprego julgue:

77. [] Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade: prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo e auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.
78. [] Terá direito a perceber o Seguro-Desemprego, que pode ser de 3 a 6 meses, o trabalhador dispensado sem justa causa, inclusive a indireta, que comprove entre outros requisitos ter sido empregado de pessoa(s) jurídica ou pessoa(s) física a ela equiparada, pelo menos, 06 (seis) meses nos últimos 36 (trinta e seis) meses que antecederam a data de dispensa que deu origem ao requerimento do Seguro-Desemprego.

A cerca da emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), julgue:

79. [] A atual carteira de trabalho - CTPS é emitida por meio informatizado – e é valorizada a segurança contra fraudes. O documento possui capa azul em material sintético mais resistente de que o usado no modelo anterior é confeccionado em papel de segurança e traz plástico auto-adesivo inviolável que protege as informações relacionadas à identificação profissional e à qualificação civil do indivíduo, que costumam ser as mais falsificadas. E para a emissão da CTPS são necessários os seguintes documentos: 01(uma) foto 3X4, fundo branco, com ou sem data, colorida e recente, que identifique plenamente o solicitante; comprovante de residência, documento oficial de identificação pessoal do interessado.
80. [] Na impossibilidade de apresentação, pelo interessado, de documento idôneo que o qualifique, a Carteira de Trabalho e Previdência Social será fornecida com base em declarações verbais con-

- firmadas por 2 (duas) testemunhas, lavrando-se, na primeira folha de anotações gerais da carteira, termo assinado pelas mesmas testemunhas.
81. [] Se o interessado na emissão da CTPS não souber ou não puder assinar sua carteira, ela será fornecida mediante impressão digital ou assinatura de outra pessoa com o seu nome, número identidade ou CPF. Porém só terá validade com o testemunho de duas pessoas maiores e capazes que presenciem o fato, e devem assinar no documento como testemunha.
82. [] Em caso de imprestabilidade ou esgotamento do espaço destinado a registros e anotações, o interessado deverá obter outra carteira, obtendo novo número e mantendo a série da anterior.
83. [] A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, para o exercício do estágio e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.
84. [] Para obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social o interessado comparecerá pessoalmente ao órgão emissor, onde será identificado e prestará as declarações necessárias, podendo no caso de menor de idade comparecer apenas o seu genitor ou genitora.

Acerca do decreto 5063/2004 que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro demonstrativo dos Cargos e Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego

85. [] A corregedoria está vinculada a secretaria executiva e cabe a ela verificar os aspectos disciplinares dos procedimentos fiscais e administrativos.
86. [] Ao Departamento de Qualificação compete prover informações estatísticas e indicadores da evolução do mercado de trabalho e do emprego, promovendo a elaboração de análises, pesquisas e relatórios capazes de subsidiar a formulação de políticas públicas de emprego;
87. [] Cabe a subsecretaria de planejamento, orçamento e administração propor ao secretário executivo a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, especialmente quando constatada a omissão no cumprimento da obrigação estabelecida pelo art. 143 da Lei 8112 de 11 de dezembro de 1990.
88. [] A subsecretaria de planejamento, orçamento e administração é competente para planejar, coordenar e controlar a execução das atividades orçamentárias e financeiras de gestão do FAT. (Fundo de Amparo ao Trabalhador)
89. [] A consultoria jurídica não é órgão setorial da Advocacia Geral da União
90. [] A consultoria jurídica fixa a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em sua área de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União.

- 91.[] A consultoria jurídica tem entre suas competências a elaboração de minutas e projetos, quando solicitada pelo Ministro do Estado.
- 92.[] A consultoria jurídica é a responsável em examinar previamente e conclusivamente no âmbito do Ministério, as minutas de editais de licitação, bem como os dos contratos e instrumentos congêneres, que devam ser assinados ou publicados pelas autoridades do Ministério, e também é de competência os atos pelos quais se vá reconhecer a inexistência ou decidir a dispensa, de licitação.
- 93.[] A Ouvidoria Geral compete receber, examinar e encaminhar reclamações, elogios e sugestões referentes a procedimentos e ações de agentes e órgãos, no âmbito do Ministério, unidades descentralizadas e entidade a ele vinculada.
- 94.[] À Secretaria de Políticas Públicas e Emprego, compete planejar, coordenar, monitorar e avaliar as ações de estímulo ao primeiro emprego para a juventude.
- 95.[] Ao Departamento de Emprego e Salário compete supervisionar e coordenar a execução de programas relacionados com a geração de emprego e renda, o seguro-desemprego, o apoio ao trabalhador desempregado e o abono salarial.
- 102.[] Quanto as características da documentação: sua posição dinâmica, rápida e eficaz, culmina num atendimento imediato, eficiente com levantamento de dados e informações, o que resulta em uma das finalidades que é o auxílio a pesquisa, além de influir na tomada de decisões.
- 103.[] O acesso aos documentos sigilosos referente à honra e à imagem das pessoas será restrito por um prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da data de sua produção, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.
- 104.[] O uso da normalização não influencia na produção, organização e difusão das informações encontradas nos documentos, pois de qualquer forma as pesquisas e a elaboração de projetos se darão normalmente inclusive facilita a aceitação internacional.
- 105.[] Conforme orientação normativa do CONARQ, são arquivos públicos, os documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, federais, estaduais do Distrito Federal e municipal ; por agentes do Poder Público, pelas empresas públicas; pelas organizações sociais.

GESTÃO ADMINISTRATIVA – Professora Rita

- 96.[] É competência do CONARQ, recolher os arquivos privados de interesse público e social, nos termos do art.12 da Lei 8.159/2002.
- 97.[] A criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) é um órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que define a política nacional de arquivos, também é definido como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).
- 98.[] Arquivo é o conjunto de documentos, organicamente acumulados, produzidos ou recebidos especificamente por pessoas jurídicas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de atividade específica, qualquer que seja o suporte da informação ou natureza do documento.
- 99.[] Arquivologia é a Disciplina aplicada que trata da coleta, organização e difusão de informações preservadas em diferentes tipos de suportes materiais.
- 100.[] O Sistema Nacional de Arquivos, instituído pela Lei 8.159/91, teve sua competência, organização e funcionamento regulamentados pelo Decreto nº 4.073/02. O SINAR tem como finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, visando a gestão, à preservação e o acesso aos documentos de arquivo.
- 101.[] O prazo máximo para restrição dos documentos secretos referentes a segurança da sociedade e do Estado é de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua produção, podendo ser prorrogado por uma única vez.
- Os arquivos públicos são conjuntos de documentos, produzidos e recebidos e preservados por órgãos governamentais, em nível federal, estadual e municipal, em decorrência de suas atividades administrativas, judiciárias ou legislativas. Baseado nesses pressupostos julgue as assertivas segundo os aspectos conceituais:**
- 106.[] As três idades dos arquivos não são complementares tomando-se por base que um documento pode passar diretamente da primeira para a terceira idade, não necessitando passar pela segunda idade.
- 107.[] Os arquivos históricos também são considerados arquivos de segunda idade.
- Quanto a organização de arquivos, considera-se alguns fatores conceituais, nesse sentido, assinale as que julgar corretas.**
- 108.[] As condições mínimas de segurança, os acessórios dos arquivos, os arquivos de prosseguimento, bem como percorrer etapas definidas, são características pertinentes a organização de arquivos.
- 109.[] Podemos afirmar que o arquivo de primeira idade também pode ser chamado de arquivo ativo.
- 110.[] A eliminação do documento se dará após sua passagem pela terceira idade do arquivo, ou seja o arquivo morto.
- 111.[] A tabela de temporalidade de documentos sugere respectivamente: Tempo de consulta, Tempo de preservação e tempo para transferência de arquivos.

Acerca do sistema de arquivamento em órgãos públicos, assinale as que julgar assertiva.

- 112.[] O controle do documento desde sua produção é característica do sistema de organização de arquivos, esse também conhecido pela teoria das três idades, e que se distinguem em três etapas: Corrente, intermediária, permanente.
- 113.[] Um sistema de arquivamento moderno pode subsidiar a planos e decisões da administração pública, se considerarmos o custo-benefício.
- 114.[] Um conjunto de documentos que deixaram de ser freqüentemente consultados, mas que ainda podem ser solicitados, é classificado como arquivo da terceira idade ou permanente.

Com base nas regras de alfabetação da ABNT, elabore suas respostas assertivas.

- 115.[] Walter Arthur Vieira Junior – VIEIRA JUNIOR, Walter Arthur
- 116.[] Ewerton Marques dos Santos – SANTOS, Ewerton Marques dos
- 117.[] Pierre La Fontaine – La Fontaine Pierre
- 118.[] CLARO – Rio Grande do Sul – RS - RGS – CLARO
CLARO – Av. Brasil -Rio de Janeiro – RJ
- RJ – CLARO –Av. Brasil
- 119.[] Marco Antonio Santa Maria – MARIA, Marco Antonio Santa
- 120.[] 3 Irmãos Encadernadora Ltda - 3 Irmãos Encadernadora (Ltda)

CINCO QUESTÕES EXTRAS:

- 121.[] Na ordenação alfabética de pastas de um arquivo por nomes de pessoas físicas, considera-se o último sobrenome e depois o prenome. Quando houver sobrenomes iguais, prevalece a ordem alfabética do prenome.
- 122.[] O método geográfico de arquivamento de documentos é o método indicado quando o principal elemento a ser considerado em um documento é a procedência.
- 123.[] São fases do arquivamento: inspeção, estudo, avaliação, classificação, codificação, ordenação e guarda dos documentos.
- 124.[] Para a proteção e conservação de arquivos vitais considera-se o acompanhamento de registro, com as devidas especificidades: modo, data, o local para onde foram encaminhados, dessa forma poderão ser localizados com rapidez.
- 125.[] A Gestão Eletrônica de Documentos (GED) permite uma utilização de forma mais otimizada, agilizando a busca de informação necessária.

RECURSOS A ESTA PROVA SIMULADA:

Para recorrer, envie e-mail para secretaria@cursosolon.com.br


PEGUE O GABARITO COMENTADO, CORRIJA AS QUESTÕES E REFAÇA A PROVA.


RESPOSTAS COMENTADAS

LÍNGUA PORTUGUESA – Professora Eliane Haj

| | | |
|----|----------|--|
| 01 | E | O texto foi redigido na terceira pessoa, de modo impessoal e referencial (informativo). |
| 02 | C | As informações presente após os dois-pontos cumprem função de aposto enumerativo. Tal enumeração é feita pela listagem detalhada dos elementos que compõem o grupo “outros direitos”. Cada elemento do grupo foi separado por vírgula, porque cumprem a mesma função sintática. |
| 03 | E | A preposição A é regida pelo adjetivo “necessária”. |
| 04 | C | MAS, PORÉM, ENTRETANTO, CONTUDO, TODAVIA, NO ENTANTO são conjunções coordenativas adverbativas. Qualquer uma delas tem função semântica de oposição ou contraste. |
| 05 | C | Quando se usa “acesso a informações”, o objetivo é o de generalizar tais informações ou não se referir a todas elas. Nesse caso, aceitam-se ambas as interpretações e a substituição pode ser efetivada. Lembre-se de que quando A está no singular e o feminino, no plural, não se usa o sinal indicativo da crase por A se tratar apenas de preposição, sem a presença do artigo. A no singular + feminino no plural = Crase é letal!!!! |
| 06 | C | “A leitura, ao possibilitar o domínio da palavra, é poderoso instrumento de desenvolvimento individual e de emancipação. Consiste, também, em um importante meio de socialização...”. |
| 07 | E | O oposto é verdadeiro: “emancipação” é sinônimo de INDEPENDÊNCIA. |
| 08 | E | O pronome SE, nesse caso, é parte integrante do verbo, porque já aparece em sua forma infinitiva – COMUNICAR-SE. Além disso, o sujeito da oração anterior – “a pessoa” – fica subentendido na segunda oração devido à presença na primeira oração do período. |
| 09 | E | Nunca se deve quebrar a seqüência sintático-semântica direta da frase – SUJ+VERBO+(OBJETO)+(ADJUNTOS). Nesse caso, alguém afirma algo. “Afirmar” é VTD e seu objeto direto vem logo na seqüência, não podendo ser separado do verbo por vírgula. |
| 10 | C | Travessões, nesse caso, intercalam a expressão e podem ser substituídos por vírgulas duplas. |
| 11 | C | A expressão é referência catafórica da palavra “livro”; este aparece, logo em seguida, na linha 2 do texto. |
| 12 | C | Pelo contexto, percebe-se que ambas as palavras fazem referência ao assunto do texto – o livro <i>A Galáxia de Gutenberg</i> . |
| 13 | E | As palavras, no contexto, são empregadas como sinônimas. A segunda “essas habilidades” retoma “capacidade de decodificar e interpretar”. |
| 14 | E | O texto é coeso, porque há elementos de retomada de informações; elegante , porque evita repetições; claro , já que não gera dificuldades de leitura; coerente , visto que há relação lógica entre as informações. |
| 15 | C | Nesse caso, como o caráter não é eventual, mas apenas de suposição, ambas as formas ficam adequadas: tanto o indicativo (almeja) quanto o subjuntivo (almeje) por tratar-se de uma oração subordinada adjetiva – qualquer nação que faz isso, qualquer nação que faça isso . |

NOÇÕES DE INFORMÁTICA – Professor Valdir

| | | |
|----|----------|--|
| 16 | E | Se a página estivesse em um servidor seguro, na barra de endereços do navegador estaria aparecendo https e não somente http. |
| 17 | C | O URL acessado é http://www.bb.com.br onde, http é o protocolo do serviço acessado, www é o nome do servidor e bb.com.br é o domínio do site. |
| 18 | E | A seta  deve ser usada após a digitação de um URL na barra de endereços do navegador. |
| 19 | C | URL´s são nomes de Sites, por exemplo, http://www.itau.com.br, o DNS traduz este tipo de nome que é usado por usuários, para endereços IP´s. |
| 20 | E | Endereços IP´s não possuem números com grandezas acima de 255, portanto o que torna errada esta afirmativa é o exemplo que apresenta um IP inválido ou inexistente. |
| 21 | C | Está correto, os dois caminhos descritos permitem ao usuário formatar o texto com colunas no Word. |

| | | |
|---|----------|---|
| 22 | E | A opção cabeçalho e rodapé aparece no menu Exibir do Word e não no menu Inserir como sugere a questão. Cuidado no Writer sim as opções de inserção de cabeçalho e rodapé aparecem no menu Inserir. |
| 23 | E | As ferramentas que aparecem na régua da questão 19 permitem alterar os recuos. Os botões de alinhamento aparecem a seguir.  |
| 24 | E | O correto seria: clicar no menu Inserir , posicionar o apontador do mouse sobre a opção Campos , no sub-menu que se abre clicar em Número da página . |
| 25 | E | Como as duas células estão selecionadas, se a alça for arrastada para baixo (A3), o Excel irá analisar o incremento da seleção e incrementar a próxima célula na mesma proporção, ou seja, cinco, neste caso a célula A3 seria preenchida com o valor 15. Se o usuário estivesse utilizando o Calc o mesmo aconteceria. |
| 26 | E | Referências realmente podem ser: Relativas, Mistas e Absolutas, porém, referências Relativas só se alteram se for utilizado alça de preenchimento e copiar / colar. Usando Recortar / Colar não haverá incremento. |
| 27 | C | Quando aplicamos a formatação de porcentagem a uma célula que já contém um valor, este valor será multiplicado por 100 e ao resultado será adicionado o símbolo de porcentagem (%). Isto acontece tanto no Calc como no Excel. A diferença é que quando é feito pela barra de ferramentas o Calc coloca duas casas decimais, o Excel não. |
| 28 | E | Intranet é uma rede de computadores privativa que utiliza as mesmas tecnologias que são utilizadas na Internet. O protocolo TCP/IP e os vários tipos de serviços de rede comuns na Internet, como por exemplo, o e-mail, Chat, HTTP, FTP, TELNET entre outros. Backbone realmente é a espinha dorsal da Internet, mas a colocação não se aplica. |
| 29 | C | O Linux é licenciado sob a GPL Licença Geral Pública e os usuários e interessados podem utilizar da maneira quiserem. Existem várias distribuições disponíveis na Internet. |
| 30 | C | O Microsoft Windows é realmente um software proprietário, não pode ser modificado pelos usuários. O Windows não pode ser copiado sem expressa autorização do fabricante. |
| DIREITO CONSTITUCIONAL – Professor Laert | | |
| 31 | E | Pelo elenco de direitos sociais apresentados no art. 6º da CF, é de fácil percepção que sua disponibilização efetiva pelo Estado requer principalmente a existência de recursos financeiros, bem como a edição, em alguns casos, de legislação complementar à Constituição (como a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, que será regulada por lei complementar, nos termos do art. 7º, I, da CF). A partir disso, contudo, não se pode concluir que a previsão dos direitos sociais não surte efeitos jurídicos, mesmo quando inexistente legislação complementar à Constituição, e por ela exigida. Em primeiro, porque diversos direitos não exigem essa complementação, a partir de sua previsão na Constituição, já produzem o que se chama de eficácia negativa, ou seja a revogação da legislação anterior à Carta e a inconstitucionalidade daquela a ela superveniente que dispuserem de forma contrária ao prescrito em seu texto. |
| 32 | E | A plena eficácia senão de todos, mas da maioria dos direitos sociais, requer a ação dos órgãos estatais, seja disponibilizando recursos financeiros ou adotando medidas administrativas para a concretização de cada um desses direitos. Contudo, mesmo se permanecer inerte o Poder Público, a inserção dos direitos sociais na CF por si só já produz efeitos jurídicos. Em primeiro lugar, porque alguns dos direitos sociais, como o décimo terceiro salário e o adicional de férias, entre outros, já têm integral eficácia em nosso ordenamento; segundo lugar porque mesmo os direitos ainda sem condições de eficácia plena já produzem a denominada eficácia negativa. |
| 33 | E | As normas definidoras dos direitos sociais na Constituição de 1988 consagram indubitavelmente direitos fundamentais, e especificamente de Segunda geração, que exigem para a sua satisfação uma atuação positiva do Estado. |
| 34 | E | Ao lado da democracia representativa ou indireta, na qual o povo elege seus representantes, outorgando-lhes o poder de tomar decisões políticas, temos a democracia participativa ou direta, na qual o próprio povo, a partir de instrumentos previstos no texto constitucional, toma para si, individual ou coletivamente, a responsabilidade de interferir diretamente nas decisões políticas de seu Estado. Podemos elencar, entre os meios diretos de participação popular postos à disposição pela Constituição, o plebiscito, o referendo, a possibilidade de apresentar projetos de lei, o poder de fiscalizar as contas públicas, o poder de oferecer ação popular e mandado de injunção, a possibilidade de organizar ou integrar partido político, o direito de petição aos Poderes Públicos etc. |

| | | |
|---|----------|---|
| 35 | E | Segundo o art. 5º, inc. LI, da CF os brasileiros natos são absolutamente não-extraditáveis, seja qual for o crime cometido e o local onde ele foi praticado. O brasileiro naturalizado por sua vez, em regra não pode ser extraditado. A Constituição, entretanto traz duas exceções, onde a primeira se dá quando o brasileiro naturalizado comete crime comum (que não pode ser político ou de opinião) antes de sua naturalização, isto é, quando ainda era estrangeiro; a Segunda, quando o brasileiro naturalizado se envolve com o tráfico de entorpecentes ou drogas afins, qualquer que seja o momento, antes ou depois de ele ter adquirido nacionalidade brasileira. |
| 36 | C | Como os requisitos para a elegibilidade (art. 14, §3º.) são em maior número que os requisitos para a alistabilidade (art. 14, §§ 1º e 2º, CF), é possível que determinado cidadão brasileiro possa ter o direito de votar, e não o de ser votado (por exemplo, os analfabetos). |
| 37 | E | O brasileiro nato nem sempre poderá exercer o direito ao sufrágio, como, por exemplo, quando ele se encontra na condição de conscrito ou tem seus direitos políticos suspensos em virtude de decisão penal condenatória transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos. |
| 38 | E | Diversos brasileiros natos podem não Ter direito de ser votados, como os analfabetos e os que tiveram seus direitos políticos suspensos; ou mesmo votar, como os conscritos ou os menores de dezesseis anos. |
| 39 | E | A Constituição é clara sobre a matéria. Inicialmente, a legitimidade ativa para a propositura da ação popular não é conferida ao brasileiro, mas ao cidadão. Por segundo, embora a regra geral seja a de que o autor de ação popular está isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, ela não é absoluta, pois não se aplica quando o autor da ação popular a interpõe de má-fé, ciente, desde o início do processo, de que não existia qualquer fundamento para a ação ser julgada, ao final, procedente. |
| 40 | C | A Constituição, no art. 7º, VI, estabelece a garantia da irredutibilidade do salário, mas ressalva que ele pode ser reduzido mediante convenção ou acordo coletivo. |
| DIREITO ADMINISTRATIVO – Professor Ivo | | |
| 41 | C | Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria. |
| 42 | C | Art. 122. § 3o A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida |
| 43 | E | Se é anulação, somente por ilegalidade e não interesse público; |
| 44 | C | Efeitos que retroagem no tempo |
| 45 | E | Somente os efetivos. |
| 46 | C | Artigo : Art. 37. , I da CF/88. |
| 47 | E | Artigo 41, §3º da cf/88 (remuneração proporcional) |
| 48 | E | Fere o princípio de vinculação ao instrumento convocatório. |
| 49 | C | Artigo 4 da lei 8666/93. |
| 50 | C | Artigo 25 da lei 8.666/93 |
| RELAÇÕES PÚBLICAS – Professores Ivo e Fátima | | |
| 51 | E | Decreto 1171/94, inciso XIV, alínea “u” - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei; |
| 52 | E | Decreto 1171/94, VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional. |
| 53 | E | Decreto 1171/94, inciso XIV, alínea m) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis; |

| | | |
|---|---|--|
| 54 | E | Decreto 1171/94, XV - E vedado ao servidor público: a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; |
| 55 | E | Decreto 1171/94, p), inciso XIV, apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função; |
| 56 | E | Deve-se ouvir as pessoas, sempre demonstrando interesse no que estão falando; nunca impor suas idéias, e sim expô-las, mas sem a atitude de que devam ser aceitas e que são as corretas; nunca demonstrar agressividade, mas sim atenção, cortesia, educação. |
| 57 | C | O servidor público deve ser flexível, no sentido de que deve estar preparado para enfrentar situações das mais diversas no exercício de sua função, tanto nas relações com o público interno (colegas de trabalho) como com o público externo (usuário), e tratar essas situações com normalidade. |
| 58 | C | No trabalho em equipe é necessário união, integração, comprometimento, conhecimento do assunto a ser tratado e responsabilidade de cada membro da equipe pela sua parte e a do grupo todo. |
| 59 | E | A qualidade na prestação do serviço deve estar presente durante todo o processo, desde a solicitação até a entrega. |
| 60 | E | Atender com cortesia, simpatia não garante ao usuário que o serviço será eficiente. Essas atitudes são o mínimo que se pode exigir do servidor. Entretanto, de nada valem se o serviço não for eficiente, não atender a necessidade do usuário. |
| LEGISLAÇÃO – Professora Cristina | | |
| 61 | E | De acordo com inciso III do artigo 1º do anexo do Decreto nº 5063/2004, temos que é de competência do Ministério inclusive o trabalho portuário. |
| 62 | C | A resposta está no artigo 2º, inciso I combinado com artigo 4º inciso IV do anexo do Decreto nº 5063/2004. |
| 63 | E | Conforme artigo 3º, inciso III do anexo do Decreto nº 5063/2004, é de competência do Gabinete providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional e não feitas pelo Senado, entretanto é sim o Gabinete órgão da assistência direta e imediata ao Ministro. |
| 64 | C | Item de acordo com artigo 2º, inciso III combinado com artigo 21, do anexo do Decreto nº 5063/2004. |
| 65 | E | De acordo como parágrafo primeiro do art 1ºd a lei 4923/65 o prazo é até o dia sete do mês subsequente e não sétimo dia útil. |
| 66 | C | Artigo 10 da lei 4923/65, atenta-se que houve substituição de Delegacia Regional do Trabalho Superintendência Regional do Trabalho, por força do Decreto 6341/2008. |
| 67 | E | De acordo com a lei 4923/65 em seu artigo 2º, o prazo para redução da jornada ou dias de trabalho em face da conjuntura econômica é permitido preenchido seus requisitos por três meses prorrogável nas mesmas condições, ou seja a regra são três meses podendo ser prorrogado. |
| 68 | C | Segundo artigo 2º caput combinado com parágrafo segundo da 4923/65, atenta-se que o prazo de 10 dias passou para 8 dias por força da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970. |
| 69 | E | Segundo o parágrafo terceiro da 4923/65, não é considerada alteração unilateral do contrato de trabalho. |
| 70 | E | Segundo artigo 3º da Lei 4923/65, o prazo para aguardar a convocação e não atendimento dos ex-funcionários é de 8 dias, para então poder admitir novo empregado |
| 71 | C | De acordo com o artigo 1º do Decreto 76900/75. |
| 72 | C | De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto 76900/75. |
| 73 | E | A RAIS de fato é obrigatória desde o exercício de 1977, conforme artigo 7º do Decreto 76900/75. Entretanto é obrigatória (e não facultativa) a entrega para empresas que não possuem empregados no ano anterior a entrega da RAIS NEGATIVA, conforme parágrafo único do artigo 2º do Decreto 76900/75. |
| 74 | C | De acordo com artigo 5 do Decreto nº. 76.900/75. |
| 75 | E | De acordo com inciso I do artigo 9º da Lei 7998/90, além do requisito estar cadastro há mais de 5 anos PIS/PASEP, ter recebido no ano anterior em média até dois salários, precisa ter trabalhado no ano anterior, com vínculo empregatício pelo menos 30 dias e não 1 dia. |

| | | |
|--|----------|---|
| 76 | C | Conforme artigo 10 caput e parágrafo único da Lei 7998/90. |
| 77 | C | De acordo com artigo 2º da Lei 7998/90. |
| 78 | E | De acordo com artigo 3º da Resolução 467/2005 do CODEFAT, está correto o requisito de ter trabalhado 06 meses nos últimos 36 meses. Entretanto a quantidade de parcela que poderá ser recebida conforme artigo 5º da Resolução 467/2005, é por um período máximo variável entre 3 a 5 meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 meses. |
| 79 | C | De acordo com a Portaria nº 210, de 29 de abril de 2008 do Gabinete do Ministro. |
| 80 | C | Conforme artigo 17 da CLT. |
| 81 | C | Conforme parágrafo 2º do artigo 17 da CLT, permitida a assinatura a rogo. |
| 82 | E | Segundo artigo 21 da CLT, são conservados o número e a série. |
| 83 | E | Segundo artigo 13 da CLT, é obrigatória para o exercício de qualquer emprego. Entretanto para o estágio ela é facultativa (e não obrigatória), posto que o estágio não gera vínculo empregatício. |
| 84 | E | Conforme artigo 15 da CLT, o próprio interessado deverá comparecer. No caso de menor ele será acompanhado, assistido por seu representante. |
| 85 | C | Segundo a alínea b, do inciso I, do artigo 2º, combinado com inciso III, do artigo 5º, do Anexo do Decreto 5063/2004. |
| 86 | E | Esta competência é do Departamento de Emprego e Salário conforme artigo 11 VII do Anexo do Decreto 5063/2004. |
| 87 | E | Esta competência é da corregedoria conforme inciso IV, do artigo 5º, do Anexo do Decreto 5063/2004. |
| 88 | C | Conforme inciso V, do artigo 7º do Anexo do Decreto 5063/2004. |
| 89 | E | Conforme artigo 8º do Anexo do Decreto 5063/2004, a consultoria é órgão setorial da AGU. |
| 90 | C | Artigo inciso V, do artigo 8º do Anexo do Decreto 5063/2004. |
| 91 | C | Segundo o inciso IV, do artigo 8º do Anexo do Decreto 5063/2004. |
| 92 | C | Segundo artigo inciso V, do 8º do Anexo do Decreto 5063/2004. |
| 93 | C | Segundo artigo 9º do Anexo do Decreto 5063/2004. |
| 94 | C | Segundo inciso IV do artigo 10 do Anexo do Decreto 5063/2004. |
| 95 | C | Segundo inciso I do artigo 11 Anexo do Decreto 5063/2004. |
| GESTÃO ADMINISTRATIVA – Professora Rita | | |
| 96 | E | A lei é de 8 de Janeiro de 1991 – Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público, como de interesse público e social, desde que sejam fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional. |
| 97 | C | Das disposições finais da Lei 8.159/91 Art.26 A criação do CONARQ é um órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que por sua vez define a política nacional de arquivos, além de ser o órgão central do SINAR – Sistema Nacional de Arquivos. |
| 98 | E | Art.2 da Lei 8.159/91 – Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou natureza dos documentos. |

| | | |
|-----|----------|---|
| 99 | C | Disciplina também conhecida como arquivística, com um conjunto de métodos e princípios que regem a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a difusão e a conservação de arquivos, preservados qualquer que seja o suporte material. |
| 100 | E | O SINAR tem por finalidade: implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando a gestão, à preservação e o acesso aos documentos de arquivo. Cap II Do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) Art.10. |
| 101 | C | O acesso aos documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado será restrito por um prazo máximo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período. Cap V – Lei 8.159/91 – Do Acesso e do Sigilo dos documentos Públicos. |
| 102 | C | A principal finalidade da documentação é rapidez e eficácia, como característica o que predomina é a dinâmica, que por sua vez atende às inúmeras exigências da pesquisa, levantando dados e informações, direta ou indiretamente, auxilia e influi na tomada de decisões. (Características dos documentos) |
| 103 | E | O acesso aos documentos sigilosos referente à honra e à imagem das pessoas será restrito por um prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da data de sua produção. Cap V Do Acesso e do Sigilo dos Documentos Públicos (Lei 8.159/91). |
| 104 | E | A importância da normalização na documentação é requisito básico para o progresso da ciência, é imprescindível que as informações contidas nos documentos estejam em conformidade com as normas técnicas. O Brasil está representado na Organização Internacional de Normalização pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com sede no Rio de Janeiro -RJ. |
| 105 | C | São arquivos públicos os conjuntos de documentos: I – produzidos e recebidos por órgãos e entidades públicas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipal, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias; II – produzidos e recebidos por Agentes do Poder Público, no exercício de seu cargo ou função ou deles decorrente; III – produzidos e recebidos pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista; IV – produzidos e recebidos pelas Organizações Sociais, definidas como tal pela Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e pelo Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, instituído pela Lei nº 8.246, de 22 de outubro de 1991; (Parágrafo único) A sujeição dos entes referidos no inciso IV às normas Arquivísticas do CONARQ constará dos Contratos de Gestão com o Poder Público. |
| 106 | E | Correntes – 1º idade / Intermediário – 2º idade/ Permanentes – 3º idade Os correntes são consultados cotidianamente portanto não tem como passar diretamente para a terceira idade pois essas não possuem mais valor administrativo, só serão conservados pelo valor documental. |
| 107 | E | Não, só serão considerados arquivos de segunda idade aqueles oriundos dos arquivos de 1º idade, ou seja, correntes, já os de valor histórico, se encontram nos arquivos permanentes, ou seja de 3º idade. |
| 108 | C | Faz parte dos processos de organização de arquivos: Segurança, Precisão, Simplicidade, Flexibilidade, Acesso, bem como todos os acessórios pertinentes ao suporte das informações, (eletrônicas ou impressas). O arquivo de prosseguimento, também conhecido como arquivo de andamento, ou <i>follow-up</i> , são considerados importante para as empresas, e finalmente as etapas definidas por professores do SENAC, são 4: 1º colheita de informações; 2º análise destas informações; 3º planejamento; 4º implantação e acompanhamento. |
| 109 | C | Quanto aos tipos de arquivo são também denominados de: Correntes – Ativo Intermediários – Inativo Permanentes – Morto |
| 110 | E | O arquivo morto tem a função de armazenamento dos documentos e papéis em desuso, a eliminação de documentos não segue o ciclo vital dos arquivos, os documentos só poderão ser eliminados, em estudo caso a caso, mediante ordens superiores dos responsáveis. |
| 111 | E | Não existe tempo de consulta, o que existe de fato é tempo de preservação dos documentos nas 3 idades ou tipos, bem como a determinação do prazo, em que os documentos deverão ser mantidos nos arquivos correntes, intermediários e permanentes, claro que considerando suas funções. |
| 112 | E | Segundo o sistema de arquivamentos em órgãos públicos, nas instituições públicas, predomina sim um modelo de sistema de organização de arquivos em que o documento público é controlado desde sua produção. E é conhecido na arquivística como a teoria das três idades, Mas... as 3 etapas são: Corrente/Temporária/Permanente. |
| 113 | C | Um sistema de arquivos atualizado, organizado certamente terá condições de subsidiar qualquer tipo de pesquisa, principalmente se considerarmos as tomadas de decisões no âmbito da administração pública, evitando equívocos de velhas iniciativas, bem como uma adequação de caixa, do ponto de vista econômico. |

| | | |
|-----|----------|---|
| 114 | E | Somente os documentos de segunda idade ou seja Intermediário são classificados como tal. |
| 115 | C | Sobrenomes que exprimam grau de parentesco, pode ser considerado parte integrante do último sobrenome, porém não obedecerá a ordem alfabética. |
| 116 | C | Regra geral: Em primeiro lugar deve constar o sobrenome, em segundo o prenome e em terceiro o nome. |
| 117 | C | No caso de sobrenomes que vêm precedidos de prefixo ou preposição, em letra maiúscula, fazendo parte integrante do sobrenome, arquiva-se pela letra do prefixo ou preposição. |
| 118 | E | No caso de nome de empresas iguais, deve-se considerar a ordem alfabética dos Estados onde se localizam; se forem os mesmos, a opção será pela cidade, pelo bairro e, por fim pela rua. No caso específico de bancos, a solução será pela denominação da agência. Resposta Correta - CLARO – BRASIL (Avenida) Resposta Correta - CLARO – RIO DE JANEIRO |
| 119 | E | Sobrenomes compostos pelas palavras Santa ou Santo ou São não devem ser separados. Resposta Correta: Santa Maria, Marco Antonio |
| 120 | E | Os números integrantes do nome da empresa ou instituições deverão ser escritos por extenso; As sociedades, companhias, S/A, Ltda, ou SC devem constar normalmente no final do nome da empresa. Resposta Correta: Três irmãos Encadernadora Ltda. |

Extras:

| | | |
|-----|----------|---|
| 121 | C | O método alfabético é o mais simples e o mais utilizado, segundo a regra para o arquivamento de pastas de arquivo por nomes de pessoas físicas quando se repete o sobrenome, deve-se levar em conta para a organização a ordem alfabética depois do sobrenome, o prenome. |
| 122 | C | O método, propõe-se agrupar os clientes, os correspondentes, os importadores, os exportadores, os representantes, os fornecedores, de acordo com os locais ou praças que atuam ou residem. |
| 123 | E | As fases do arquivamento são dirigidas ao arquivista, e para tais fases, não pode ser dado ao arquivista o poder de julgar e decidir, ou seja, "avaliar" quais documentos poderão ser arquivados ou não. Esse procedimento é orientado por ordens da chefia e normas regulamentares de organização. |
| 124 | C | A conservação e proteção dos arquivos vitais, ou de valor documental, histórico, científico, etc. deve ser acompanhada de um registro que especifique o modo, a data, o local para onde foram encaminhados, de maneira que possam ser localizados imediatamente. |
| 125 | C | O que norteia uma das características da era do conhecimento e informação, é o advento das tecnologias, as informações computadorizadas, nesse sentido são usadas todas as formas de tecnologia que possam flexibilizar a pesquisa documental, o que torna notório a otimização no caso da gestão eletrônica de documentos. |

TUDO SOBRE CONCURSOS, AULAS E APOSTILAS:

SOBRE A PROVA OFICIAL DO DIA 21 DE DEZEMBRO:

*Os professores do Curso Sólón estarão auxiliando os interessados na interposição de recursos em relação à prova e ao gabarito.
Acompanhe tudo pelo nosso site www.cursosolon.com.br.*